



PREFEITURA DE TERRA ALTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 121/2021

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2021 – SEMED.

I - DA NECESSIDADE: A aquisição de gêneros alimentícios, por este órgão se faz necessária ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância mundial decorrente da atual pandemia, ocasionada pelo covid- 19, em virtude da suspensão das aulas, por parte das autoridades superiores, de maneira a evitar a contaminação e a propagação do coronavírus. Diante de tal recomendação, além de decretos expedidos por autoridades municipais, estaduais e federais que suspendem as aulas presenciais, esta secretaria optou por realizar a distribuição de kits de alimentação, para os pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica, em atendimento a lei nº 13.987/2020, que autoriza, durante o período de suspensão das aulas. Ao acatar as determinações impostas pelo Estado, os estudantes estarão se alimentando de maneira regular, haja vista que alguns estudantes têm como única refeição a merenda distribuída na escola. A distribuição de kits de alimentação, visa também a contribuir para a preservação dos estudantes em sua residência, conseqüentemente, minimizar os riscos de infecção e contágio, posto que o sistema de saúde do município de Terra Alta/PA, não possui estrutura suficiente ou capaz de suportar, possível caso de superlotação.

II – DO FUNDAMENTO LEGAL E CARACTERIZAÇÃO DE EMERGENCIA: A presente Dispensa de Licitação encontra-se fundamentada no art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93 e suas alterações e no Decreto Municipal nº 012/2021 e Decreto Municipal nº 019/2021, conforme diploma legal abaixo citado.

Art. 24, inciso IV - É dispensável a licitação:

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa



PREFEITURA DE TERRA ALTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

A dispensa de licitação por emergência tem lugar quando a situação que a justifica exige da Administração Pública providências rápidas e eficazes para debelar ou, ao menos, minorar as consequências lesivas à coletividade.

Quanto à necessidade do enquadramento legal, vinculando-se o fundamento legal do Art. 24, inciso IV, da Lei nº. 8.666/93, de 21.06.93, vejamos o que a respeito, nos ensina o Dr. Antônio Carlos Cintra do Amara

“A emergência é, a nosso ver, caracterizada pela inadequação do procedimento formal licitatório ao caso concreto. Mais especificamente: um caso é de emergência quando reclama solução imediata, de tal modo que a realização de licitação, com os prazos e formalidades que exige, pode causar prejuízo à empresa (obviamente prejuízo relevante) ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços ou bens, ou, ainda, provocar a paralisação ou prejudicar a regularidade de suas atividades específicas. Quando a realização de licitação não é incompatível com a solução necessária, no momento preconizado, não se caracteriza a emergência” (Licitações nas Empresas Estatais. São Paulo, McGraw Hill, 1979, p.34).

Disciplina o Dr. Jorge Ulisses Jacoby Fernandes em sua obra CONTRATAÇÃO DIRETA SEM LICITAÇÃO:

“Para que a situação possa implicar na dispensa de licitação deve o fato concreto enquadrar-se no dispositivo legal preenchendo todos os requisitos. Não é permitido qualquer exercício de criatividade ao administrador, encontrando-se as hipóteses de licitação disponível previstas expressamente na Lei, numerus clausus, no jargão jurídico, querendo significar que são apenas aquelas hipóteses que o legislador expressamente indicou que comportam dispensa de licitação”. (JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Contratação direta sem licitação. Brasília: Brasília Jurídica, 1995.p.156).

Para Lúcia Valle Figueiredo e Sérgio Ferraz, a emergência é caracterizada:



PREFEITURA DE TERRA ALTA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



Pela inadequação do procedimento formal licitatório ao caso concreto. Mais especificamente: um caso é de emergência quando reclama solução imediata, de tal modo que a realização de licitação, com os prazos e formalidades que exige, pode causar prejuízo à empresa (obviamente prejuízo relevante) ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços ou bens, ou, ainda, provocar a paralisação ou prejudicar a regularidade de suas atividades específicas. (FIGUEIREDO, 1994, FERRAZ, 1994, p. 94).

Sobre estas considerações Justen Filho (2000) acrescenta ainda que:

[...] a supremacia do interesse público fundamenta a exigência, como regra geral, de licitação para contratações da Administração Pública. No entanto, existem hipóteses em que a licitação formal seria impossível ou frustraria a própria consecução dos interesses públicos. (...). Por isso, autoriza-se a Administração a um outro procedimento, em que formalidades são suprimidas ou substituídas por outras (JUSTEN FILHO, 2000).

Com maior rigor, mas na mesma linha de entendimento acerca dos pressupostos necessários à contratação direta por emergência, o Tribunal de Contas da União mantém o entendimento exarado conforme decisão do Plenário nº 347/94, de relatoria do Ministro Carlos Átila, abaixo transcrito:

“Calamidade pública. Emergência. Dispensa de licitação. Lei nº 8.666/93, art. 24, IV. Pressupostos para aplicação. 1 – que a situação adversa, dada como de emergência ou de calamidade pública, não se tenha originado, total ou parcialmente, da falta de planejamento, da desídia administrativa ou da má gestão dos recursos disponíveis, ou seja, que ela não possa, em alguma medida, ser atribuída a culpa ou dolo do agente público que tinha o dever de agir para prevenir a ocorrência de tal situação; 2 – que exista urgência concreta e efetiva do atendimento a situação decorrente do estado emergencial ou calamitoso, visando afastar risco de danos a bens ou à saúde ou vida de pessoas; 3 – que o risco, além de concreto e efetivamente provável, se mostre iminente e especialmente gravoso; 4 – que a imediata efetivação, por meio de contratação com terceiro, de determinadas obras, serviços ou compras, segundo as especificações e quantitativos tecnicamente apurados, seja o meio adequado, efetivo e eficiente de afastar o risco iminente detectado.”



PREFEITURA DE TERRA ALTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



Isto posto, os argumentos e teses ora esposados conduzem a conclusão de que a contratação direta com base na dispensa de licitação por emergência terá assegurada sua legalidade e licitude, uma vez cabalmente demonstrados a potencialidade do dano o qual pretende combater. A presente Dispensa tem ainda, como fundamento o Decreto Municipal nº 012/2021 onde versam:

Decreto Municipal nº 012/2021:

“Art. 4º Fica autorizada a Administração Pública Municipal, por força do artigo 24, inciso IV e do artigo 25, da Lei Federal nº 8.666/93, a contratar serviços e adquirir materiais necessários à execução dos atos de gestão administrativos essenciais, bem como, ao funcionamento dos serviços de saúde, educação, assistência social, saneamento e infraestrutura básica, por dispensa de certame licitatório, uma vez constatada a indispensabilidade da contratação, bem como inexigibilidade, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias.”

III – DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Em análise aos presentes autos, observamos que foi realizada pesquisa de preço, tendo a Empresa CAJADO COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI inscrita no CNPJ nº 32.163.746/0001-02, para fornecimento dos itens de 01 à 07, conforme apresentado o menor valor em comparação com outras empresas do mesmo ramo de atividade e que não apresenta grandes diferenças que venha a influenciar na preferência, ficando esta escolha vinculada apenas à verificação do critério do menor preço.

IV – DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

O critério do menor preço deve presidir a escolha do adjudicatário direto como regra geral, e o meio de aferi-lo está em juntar aos autos do respectivo processo pelo menos 03 (três) propostas.

A despeito desta assertiva, o TCU já se manifestou:

“Adotar como regra a realização de coleta de preços nas contratações de serviço e compras dispensadas de licitação com fundamento no art. 24, inciso II, da lei nº 8.666/93” (Decisão nº 678/95-TCU-Plenário, Rel. Min. Lincoln Magalhães da Rocha. DOU de 28. 12.95, pág. 22.603).

“Proceda, quando da realização de licitação, dispensa ou inexigibilidade, à consulta de preços correntes no mercado, ou fixados por órgão oficial



**PREFEITURA DE TERRA ALTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**



competente ou, ainda, constantes do sistema de registro de preços, em cumprimento ao disposto no art. 26, parágrafo único, inciso III, e art. 43, inciso IV, da Lei nº 8.666/1993, os quais devem ser anexados ao procedimento licitatório (...).” Acórdão 1705/2003 Plenário.

No caso em questão verificamos, como já foi dito, trata-se de situação pertinente a Dispensa de Licitação.

De acordo com as diretrizes do Tribunal de Contas da União, como pode ser visto acima, a orientação é que no caso de dispensa e/ou inexigibilidade seja obedecida à coleta de preços, que por analogia deve obedecer ao procedimento de qualquer outra modalidade da lei geral de licitação.

Segundo Pesquisa de Preço, realizada por esta Secretaria e apurada, através do mapa comparativo, pelo setor de compras deste órgão, a proposta de preço apresentada com o menor valor foi escolhida, por demonstrar mais vantajosidade para esta Administração.

V – DECLARAÇÃO DE DISPENSA: A Secretária de Educação no uso de suas atribuições legais e considerando tudo o que consta deste processo Administrativo, vem emitir a presente declaração de Dispensa de Licitação, fundamentada no Art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, em favor da empresa CAJADO COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI inscrita no CNPJ nº 32.163.746/0001-02, para a o fornecimento dos produtos. Ante o exposto, encaminha –se os autos para a manifestação o da procuradoria jurídica quanto a presente solicitação e minuta do contrato. Em seguida, após a análise da procuradoria aos autos e caso o parecer a ser emitido seja favorável a continuidade do processo, encaminhe para o gabinete do prefeito para a devida ratificação, que deverá ocorrer no prazo máximo de até 03 (três) dias conforme dispõe o art. 26 da lei nº 8.666/93.

Terra Alta - PA, 14 de abril de 2021.

Silvia Maria Alves Sampaio
Secretária Municipal de Educação

Silvia Maria Alves Sampaio
Secretária Mun. de Educação
Decreto Nº 006/2021
Prefeitura Mun. de Terra Alta - PA